



OS NOVOS RUMOS DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA

Chalmers Johnson

O autor é presidente do Departamento de Ciência Política da Universidade da Califórnia em Berkeley. Em junho de 1978 visitou a China como membro de uma delegação acadêmica que esteve em Pequim, Loyang, Xangai, Hangchow e Cantão.

O artigo de Chalmers Johnson sobre a evolução da política externa chinesa, publicado em 1978 na revista "Foreign Affairs", muito auxilia na compreensão dos acontecimentos que evoluem rapidamente na Ásia, entre os quais o mais dramático foi a invasão do Vietnã pelo exército chinês.

O reatamento das relações diplomáticas entre a China e os Estados Unidos, com o conseqüente isolamento de Formosa, foi o acontecimento internacional mais importante do final do ano de 1978. Evidenciam este acontecimento espetacular e dramático, pelas implicações de toda ordem no quadro estratégico mundial, as profundas transformações que ocorrem na China, após a morte de Mao Tse-tung. O artigo de Chalmers Johnson, publicado pela revista "Foreign Affairs", apresenta uma análise dos novos rumos da política externa chinesa e de suas motivações internas. Servimo-nos da versão publicada pelo "O Estado de São Paulo" para trazê-lo aos nossos leitores.

Desde a morte de Mao Tse-tung, no dia 9 de setembro de 1976, dois tipos de influências se conjugaram para produzir um movimento significativo na política externa da China. O primeiro ímpeto de mudança e, sem dúvida, o mais importante, é que os novos líderes exigiam, no plano interno, legitimidade e estabilidade. O segundo foram os desenvolvimentos externos aos quais o governo chi-

nês teve de corresponder. Aparentemente, pouquíssimas coisas mudaram na política externa da China desde o estabelecimento de seus principais parâmetros por Chou En-lai na época do incidente de Lin Piao, no outono de 1971. Na realidade, porém, as mudanças foram consideráveis. Duas influências sobre os gestores da política externa chinesa arrastaram a República Popular, de forma discreta mas decisiva, para novas posições, as quais prometem ter um efeito significativo sobre o equilíbrio do poder mundial.

As influências políticas domésticas derivam do acesso de Hua Kuo-feng à presidência. A maneira como ele continua consolidando a sua posição vem tendo conseqüências muito sérias para a política externa. O problema é complexo, mas é preciso manter a autoridade de Mao e transferi-la para os sucessores, enquanto se invertem muitas diretivas de Mao baixadas na última década, atender os principais aliados militares de Hua Kuo-feng e restabelecer a solidariedade interna do Politburo após anos de desunião. Entre os desenvolvimentos da política externa contam-se a confusão da política externa dos Estados Unidos, a deterioração das relações entre a URSS e o Japão, o conflito entre o Vietnã e o Camboja, as disputas territoriais e marítimas no Mar da China e os êxitos da política externa soviética na África e outros lugares no ano de 1977.

Essas duas grandes séries de influências, de efeitos desiguais sobre o processo político chinês, estão levando o país, lentamente, a adotar uma nova atitude para com o estrangeiro. Alguns componentes importantes de tal atitude são a cooperação com o Japão e, em menor medida, com os Estados Unidos; o reconhecimento da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ANSA); a rápida modernização do armamento convencional do Exército de Libertação Popular (ELP); o critério do lucro no comércio exterior; novos aliados políticos, no velho esforço de construir uma frente global unida contra a União Soviética; e a vontade, independentemente da ideologia, de estabelecer conexões marítimas. A atual política externa chinesa é como uma complexa molécula de proteína: para compreendê-la é preciso dividi-la em suas partes componentes e sopesá-las individualmente, uma a uma.

Traição política

Os acontecimentos políticos internos de 1976 e a vitória de Hua Kuo-feng serão apresentados e debatidos durante dezenas de anos. Se acaso surgisse um Maquiavel chinês que escrevesse uma versão atualizada de *O Príncipe*, nomes como Chiang Ch'ing, Teng Hsiao-p'ing, Yeh Chien-ying, Wang Tung-hsing e o "Bando dos Quatro" tornar-se-iam tão bem conhecidos dos estudiosos da política como os Borgia, os Medici, os Sforza e os *condottieri*. Nenhum observador externo conhece bem o que se passou em Pequim entre as manifestações dos homens de T'ien-an, no dia 5 de abril de 1976, e a prisão da viúva de Mao e seus asseclas por Wang Tung-hsing em 6 de outubro daquele ano. As versões mais sofisticadas, porém, dizem que o veterano vice-presidente da Comissão Militar do Comitê Central, Yeh Chien-ying, foi falar com o velho Mao e insistiu que Hua Kuo-feng substituisse Teng

Hsiao-p'ing no lugar de Chou En-lai, em vez de um homem da Clique de Xangai. Hua não pertencia a nenhuma das grandes facções do partido, tendia para as opiniões dos velhos burocratas, era aceito pelos militares e estava em condições de trabalhar com Wang Tung-hsing, lealíssimo assessor de Mao e comandante da guarda do palácio. Em conseqüência, o desconhecido Hua sucedeu a Chou e a Mao e ainda fez jus às bênçãos deste: as últimas palavras do Grande Timoneiro foram: "Consigo no cargo, fico à vontade" ("*Ni pan-shih, wo fang-hsin*").

Contudo, para suceder por completo a Mao, Hua tinha de o trair politicamente. Lá pelo outono de 1976 o país havia atravessado dez anos de estéril agitação política. As fábricas estavam paradas por causa das lutas de facções, os jovens andavam inquietos e, do ponto de vista educativo, constituíram uma "geração perdida", as Forças Armadas mantinham a unidade do país mas à custa do seu papel primordial, que era a defesa, o povo tinha saudades de Chou En-lai — por quem chorou na hora da morte — com sua mente fria, prioridades claras e compromissos com o desenvolvimento econômico.

Fossem quais fossem as suas próprias opiniões, Hua resolveu abandonar a política seguida por Chou En-lai. Para tanto teve primeiramente de erigir imenso mausoléu a Mao Tse-tung (quase à imitação de Chiang Kai-shek, que também erigiu um mausoléu a Sun Yat-sen em Nanquim, 50 anos antes), apresentando ao mesmo tempo a sua política de forma a coincidir, ao menos superficialmente, com o legado dele. Começou publicando as obras escolhidas de Mao desde o início da década de 1950, obras que alinham com as opiniões de líderes antimaoístas posteriores, como Teng Hsiao-P'ing e Li Hsien-nien, e que recomendavam reformas como os militares atualmente estão exigindo. Com efeito, Hua *desmaioizou* a política santificando o próprio Mao, o que era indispensável à sua posição. Aliás, Wang Tung-hsin não faria por menos.

"Temos de reforçar a defesa nacional e, para tanto, temos antes do mais reforçar o nosso trabalho de construção da economia". Mao escreveu estas palavras em 1956 (*Sobre as Dez Principais Relações*). O fato de elas terem sido publicadas pela primeira vez em 26 de dezembro de 1976 oferece uma chave para o caráter ambivalente do atual debate político na China. O público aplaude com entusiasmo a prioridade dada ao desenvolvimento econômico, científico e tecnológico, assim como à remuneração de acordo com o trabalho, aos exames de admissão às universidades, ao rigor dos currículos e à importação de tecnologia estrangeira. Repetindo, a nova orientação é justificada em nome de Mao e executada pelo sucessor que ele escolheu, embora todas as pessoas atentas para a política saibam que Mao foi o autor da Revolução Cultural e que o Bando dos Quatro não poderia ter existido sem o seu patrocínio.

Mas, talvez não haja nada de estranho nisso. César Borgia, famoso personagem da Itália da Renascença, cuja carreira tem certas semelhanças com a de Mao, terminou, depois da morte, contribuindo para a consolidação dos Estados Papais, embora a sua intenção fosse exatamente o oposto. O legado de Mao é mais

importante que a Revolução Cultural e o povo está gostando que o primeiro seja mantido e a segunda abandonada. Hua demonstrou ser ótimo construtor de coligações: pôs Mao num pedestal, deu andamento à política de Chou, trouxe Ten de volta para o governo, fez a felicidade das Forças Armadas e restaurou a unidade e o espírito do organismo político. Se se perguntar aos chineses sobre as possíveis contradições de tudo isso, a resposta será: "Mao é grande, Chou é amado, Hua é sábio".

Será estável a nova coligação? Não sabemos. Há um conflito potencial depois da morte do velho Yeh Chien-Ying, que tem servido de mediador do papel das Forças Armadas desde a morte de Mao. Hua Kuo-feng parece não ter ainda base própria de apoio e pode ser mera figura de transição. Talvez a mistificação do papel de Mao durante a última década não se mantenha, resultando em conflito aberto quanto ao sentido do seu legado. As expectativas do povo foram levadas tão longe, sobretudo dos trabalhadores especializados e dos intelectuais, que talvez seja necessário restringi-las. Mas isso poderia vir a ter sérias conseqüências para as "quatro modernizações" — agricultura, indústria, defesa e ciência e tecnologia — que Chou prometeu e que Hua está executando. Pelas provas disponíveis, parece que Hua andou bem na sucessão, inclusive em um congresso do partido e em novo Congresso Nacional Popular, e que está enfrentando à altura todas as tensões existentes no Politburo. Além disso, é mais jovem que todos os seus rivais, mas não tanto que ofenda a sensibilidade dos chineses.

Os três mundos

Em política externa, as novas diretivas tiveram de ser doutrinariamente explicadas e justificadas, em se tratando da China Comunista. Além de usar as obras de Mao editadas em 1956 e antes, o regime atribuiu agora ao líder morto a autoria de uma "Tese dos Três Mundos", citada como base segura da política externa da China. A fonte original é a "Teoria do Presidente Mao sobre a Diferença dos Três Mundos e uma Grande Contribuição ao Marxismo-Leninismo", tratado com 35 mil caracteres que preencheu todas as seis páginas do *Diário do Povo* do dia 1º de novembro de 1977.

Realmente, a análise dos três mundos, à superfície, parece ter forte semelhança com uma linha de pensamento associada há cinco anos com Chou En-lai. Mas as diferenças são instrutivas a um exame mais detido. Então, como agora, as duas superpotências compreendiam o Primeiro Mundo, mas com a diferença de que, hoje, é a URSS que é apontada clara e inequivocamente como a provável causadora de nova guerra mundial. E então como hoje, o Terceiro Mundo compreende as ex-colônias que são nações subdesenvolvidas. A "Tese" dá grande expressão retórica à unidade dentre desse grupo, do qual a China ainda proclama ser parte, contra a hegemonia das superpotências. Da mesma forma, o Segundo Mundo — ou Segunda Zona Intermediária, como já se chamou — compreende as sociedades industriais avançadas que não sejam as duas superpotências.

Mas, enquanto a ajuda do Segundo Mundo, há cinco anos atrás, só era invocada em termos gerais, atualmente a contribuição dada de fato por Hua Kuo-feng é uma ênfase muito maior aos fortes laços com ele, em prejuízo da ênfase dada antes ao Terceiro Mundo. A moral parece clara: a China precisa do Segundo Mundo não só como um contrapeso geral à ameaça soviética, mas para as formas econômicas e estratégicas — mais concretas — de cooperação e assistência, de maneira que ainda há breve tempo não aceitava nem às vezes estava disposta a reconhecer.

Várias razões explicam a mudança. Primeiro, o corolário das "quatro modernizações" é o reconhecimento do atraso tecnológico da China: a técnica industrial avançada tem de ser importada. Dado o fato que a China está perpetuando a oposição de Mao à Rússia — política inquestionavelmente apoiada pelos atuais líderes, não apenas porque Mao a advogava, mas também por causa da tentativa russa de enfraquecer economicamente a China em 1960 e de erguer uma barreira militar nas fronteiras —, a única alternativa para a obtenção de tecnologia é o Segundo Mundo (ou os Estados Unidos).

Segundo, a Rússia não pode atacar a China sem transferir parte de suas forças da Europa para a Ásia (aproximadamente, um quarto das forças terrestres da União Soviética estão estacionadas ao longo da fronteira norte com a China); uma forma de manter essas forças presas na Europa é apoiar por todos os meios possíveis a resistência de todos os países europeus ocidentais do Segundo Mundo. Portanto, a China aprova o reforço da NATO, opõe-se ao eurocomunismo, assinou um acordo comercial de nação-mais-favorecida com a Comunidade Européia e consulta ativamente os dirigentes da Alemanha Ocidental, da França e da Inglaterra, sobretudo aqueles que estão atentos para o perigo soviético.

Terceiro, a China precisa modernizar suas forças armadas convencionais e os adeptos de Hua Kuo-feng no Exército alteraram seus planos defensivos da "guerra popular" de Mao para uma defesa mais convencional. Parte do equipamento terá de ser importado do Segundo Mundo e os compradores chineses estão circulando por ele durante todo este ano de 1978 (voltaremos ao assunto).

Quarto, a China acredita que o Terceiro Mundo continua a ser a fonte, a longo prazo, do reforço contra a hegemonia soviética, mas que, de momento, com a União Soviética e Cuba operando à vontade em uma dúzia de países da África e do Oriente Médio, o Segundo Mundo é necessário para a resistência direta (por exemplo, a França no Zaire) e para fazer pressão sobre os Estados Unidos para que assumam suas responsabilidades como superpotência.

Outros axiomas de menor importância fazem parte da grande estratégia chinesa. A visita de Hua a Bucareste, em agosto de 1978, veio realçar uma velha relação com a Romênia, mas a seguinte visita a Tito simbolizou a espetacular transferência de apoio, recentemente feita, da Albânia para a Iugoslávia, dada a maior credibilidade de Belgrado como país não alinhado no Terceiro Mundo. Outros exemplos recentes incluem: cordialidade para com a iniciativa de paz do presidente

Sadat, no Oriente Médio; o apoio verbal a Kim Il-sung, da Coreia do Norte (ainda que a sua política acaso irrite os chineses) para ver se ele não volta para o lado soviético; e uma série interminável de banquetes políticos oferecidos em Pequim a figuras como o rei Juan Carlos da Espanha e a senhora Thatcher da Grã-Bretanha. Três áreas da estratégia, contudo, são mais complexas: as relações sino-japonesas, a modernização militar e as relações com os Estados Unidos.

A paz com o Japão

A área, de longe, mais ativa e potencialmente mais importante na qual a China vem procurando unir-se ao Segundo Mundo é o Japão. A princípio o esforço foi algo penoso. O ministro-adjunto das Relações Exteriores, Chao Nien-lung, abriu as negociações preliminares para um tratado de paz e amizade por ocasião de uma viagem a Tóquio já em novembro (de 11 a 15) de 1974. Em setembro de 1975 as conversações foram interrompidas, por duas razões: a) os chineses insistiam em uma cláusula chamada de anti-hegemonia, a qual fazia parte dos comunicados de Nixon e Tanaka — de 1972 — e se dirigia contra as atividades soviéticas no Leste da Ásia; b) em fins de 1974, o primeiro-ministro nipônico, Kakuei Tanaka, autor da reaproximação sino-japonesa, foi obrigado a exonerar-se e o Partido Liberal Democrático entrou num período de confusão interna e de fraqueza eleitoral. As negociações ficaram num ponto-morto durante quatro anos, dado o receio japonês de que a cláusula de anti-hegemonia significasse que o Japão tinha de enfileirar ao lado da China na disputa sino-soviética. O Japão preferia, e ainda prefere, manter uma posição de relações equânimes quer com a China, quer com a Rússia — variante da política nipônica de pós-guerra, aliás muitíssimo bem sucedida, de separar a política da economia.

O que se nota de mudança, ultimamente, é a evidente deterioração das relações soviético-japonesas, o que está levando muitos líderes nipônicos a encararem a realidade e a necessidade de resisitir à "hegemonia de superpotência". Três dias antes da morte de Mao, em 6 de setembro de 1976, um tenente da Força Aérea da União Soviética fugiu com seu Mig-25 para Hakodate, em Hokkaido, solicitando asilo político. Assim teve começo a deterioração das relações da Rússia com o Japão. Os japoneses ficaram alarmados pelo fato de o seu radar não haver conseguido detectar o caça soviético até que ele aterrissou. E ainda ficaram mais irritados quando Moscou alegou que o piloto estava sendo detido contra a sua vontade.

A URSS, em seguida ao incidente, desencadeou uma campanha de pressão aberta contra o Japão, talvez em consequência de uma avaliação equivocada da fraqueza do partido conservador em 1977 e da substituição de Miki por Fukuda na chefia do governo. No dia 1º de março de 1977, a Rússia decretou uma zona de pesca de 200 milhas, incluindo as quatro disputadas ilhas de Hokkaido, a qual afetava na realidade o Japão. Durante o ano, os soviéticos advertiram repetidamente os nipônicos para os riscos de concordar com a cláusula anti-hegemônica.

tratado com a China. E também atacaram vigorosamente a viagem que o primeiro-ministro Fukuda fez em agosto de 1977 aos países da ANSA, a qual, ao contrário da feita por Tanaka em janeiro de 1974, foi calorosamente acolhida no Sudeste Asiático e também em Pequim. Estava assim montado o cenário para os acontecimentos de 1978.

De 8 a 11 de janeiro deste ano, o ministro das Relações Exteriores, Sonoda, visitou Moscou para negociações sobre as ilhas disputadas. Os resultados foram desastrosos do ponto de vista nipônico. Os soviéticos mandaram às favas a declaração conjunta Tanaka-Brezhnev, de 1972, segundo a qual "a questão territorial referente ao norte continua a ser uma questão por resolver entre o Japão e a União Soviética", e substituíram-na por nova formulação: "não há questões por resolver depois da guerra". E deram início a demonstrações militares de larga escala nos mares circunvizinhos do Japão. Em 22 de fevereiro de 1978, o embaixador Polyansky, acreditado em Tóquio, entregou uma proposta soviética de tratado de amizade a Fukuda, a qual foi publicada na imprensa soviética do dia seguinte. Fukuda rejeitou a proposta imediatamente, ao notar que seus termos eram semelhantes aos tratados que a União Soviética celebrou com os países da Europa Oriental. A imprensa nipônica comentou que a "finlandização" do Japão parecia ser um pré-requisito para a existência de relações amistosas com a URSS. A fúria e o medo do Japão foram exacerbados pela confusão que caracterizou a política norte-americana relativamente à Ásia durante o primeiro ano da administração Carter. Em tais circunstâncias, a cláusula anti-hegemonia afigurava-se, para certos dirigentes e vários setores da opinião pública japonesa, menos uma provocação à Rússia do que uma simples questão de bom senso.

No dia 16 de fevereiro de 1978, a China e o Japão assinavam um acordo comercial "particular" de 20 bilhões de dólares, durante os próximos oito anos. A China exportará óleo cru para o Japão e o Japão exportará aço e fábricas. O significado do acordo está na unidade da comunidade empresarial nipônica, sobretudo os *zaikai* de Tóquio, que era muito mais fria para com a China há seis anos, assim como na disposição da China para exportar vastas quantidades de petróleo, até 15 milhões de toneladas em 1982. No dia 10 de maio de 1978, as negociações oficiais para um tratado de paz entre a China e o Japão foram retomadas e, no dia 12 de agosto, o ministro nipônico das Relações Exteriores, Sonoda, bem como o seu homólogo chinês, Huang Hua, assinaram um tratado de paz em Pequim. O tratado contém a cláusula anti-hegemonia, mas por insistência do Japão (o que sublinha a boa vontade da China em chegar a termos), também declara: "O presente tratado não afetará a posição de nenhuma das partes contratantes quanto às suas relações com terceiros países". Ainda há dificuldades, como o contencioso sobre as ilhas Senkaku no arquipélago de Ryukyu e o tratado coreano-japonês delimitando as áreas de prospecção na plataforma marítima. No entanto, é quase certo que o Japão se aproximará cada vez mais da China, o que aponta para sérias alterações no equilíbrio do poder no Pacífico.

Forças obsoletas

A modernização convencional do Exército de Libertação Popular da China suscita duas questões: mudança de estratégia e método da mudança. Ao nível estratégico, Mao Tse-tung formulou a teoria de uma guerra popular de defesa contra a Rússia, significando que os soviéticos desencadeariam um ataque nuclear contra as cidades e fariam uma guerra de atrito contra uma invasão maciça, mas não nuclear. Contudo, os dirigentes militares chineses reconhecem uma falha grave no seu pensamento. Se os soviéticos atacarem a China com forças convencionais, a fim de capturar territórios ou de ajudar os dissidentes da Manchúria ou de Sinkiang, ou de arrasar as instalações nucleares chinesas, ou de apoiar o ataque de um terceiro país à China (por exemplo, do Vietnã), as forças estratégicas da própria URSS impedirão que os chineses usem armas nucleares pela primeira vez. E a China não possui defesas contra esses objetivos limitados de guerra.

O argumento foi desenvolvido aos chineses pelo ex-secretário norte-americano da Defesa, James Schlesinger, que visitou as instalações militares chinesas precisamente na época da morte de Mao Tse-tung. Depois de ver a cavalaria animal, os armamentos antitanque destinados a enfrentar os atuais blindados soviéticos e os exercícios de fogo antiaéreo contra balões a baixa altitude, Schlesinger achou que na sua opinião os chineses não dispunham de forças antiaéreas e antitanque. Em seguida, todos os observadores militares, entre os quais oficiais franceses, ingleses, norte-americanos, alemães, suecos e japoneses, concordaram com esse ponto de vista em grau variado. Mais concretamente, a guerra de 1973 no Oriente Médio e a ofensiva comunista de 1975 no Vietnã convenceram a maior parte dos especialistas militares, inclusive os chineses, de que estava em andamento uma revolução em armamentos convencionais e de que as modernas forças convencionais eram inteiramente obsoletas na era nuclear.

Em fins de 1977, a China já havia realizado cerca de 22 testes com armas nucleares, além de ter lançado sete pequenos satélites terrestres (precursores de um sistema fotográfico de espionagem), 30 ou talvez 40 mísseis balísticos de alcance médio, do tipo soviético SS-4, outros 30 a 40 mísseis balísticos de alcance intermediário do tipo soviético SS-5, e possuía talvez 80 bombardeiros médios TU-16, de fabricação chinesa, com um raio de ação de 2.000 milhas. Em terra, tinha 192 divisões convencionais, compreendendo 121 de infantaria, 40 de artilharia e apenas 12 de blindados. A China não possui mísseis teleguiados antitanque, embora se acredite que, em 1977, o Egito lhe tenha enviado um míssil antitanque teleguiado soviético, Sagger, em troca de motores de Mig-21. Faltam à China caças-interceptores que operem sob qualquer tempo, mísseis ar-ar modernos, contramedidas eletrônicas, helicópteros blindados, um tanque de batalha moderno. Além disso, quase todos os outros armamentos são blindados da Primeira e da Segunda Guerra Mundial. Em suma, suas forças armadas estão pelo menos 10 ou 20 anos atrasadas e a solução maoísta da guerra popular é imprópria, a não ser para uma invasão em massa por meios convencionais, a qual é cada vez mais improvável.

Os chineses começaram por isso a enviar missões militares ao exterior para fazer encomendas.

Em setembro de 1977, o vice-chefe do Estado-Maior, Yang Ch'eng-wu, encabeçou uma delegação de oficiais da Força Aérea, da Marinha, de Comunicações e de Artilharia à França, onde ela foi recebida pelo Chefe do Estado-Maior Geral francês, general Guy Mery, que já tinha visitado a China em junho de 1976. Outras missões estiveram na Suíça e na Inglaterra, ao mesmo passo que missões militares européias visitavam Pequim, sendo invariavelmente recebidas pelos mais altos dirigentes chineses. A possibilidade de os ingleses venderem aviões Harrier VTOL aumentou depois que uma delegação de seis chineses observou uma demonstração do aparelho em Lulworth, no dia 22 de junho de 1978.

As linhas desta nova política parecem bastante claras. Os chineses estão decididos a modernizar suas forças, o que implica uma cooperação mais estreita com o Segundo Mundo e o propósito firme de fazer avanços no campo da ciência e da tecnologia. A irrupção da guerra entre o Vietnã e o Camboja, em fins de 1977, assim como a viagem de inspeção, sem precedentes, que Brezhnev e o ministro da Defesa, Ustinov, fizeram à parte mais oriental da União Soviética (de 29 de março a 9 de abril de 1978), a primeira que tão altos dirigentes jamais empreenderam desde a Revolução de Outubro, apenas serviram para confirmar a impressão que os chineses tinham de que o *slogan* de Mao, "escave túneis bem fundos, armazene cereais por toda a parte e nunca procure a hegemonia", estava ultrapassado. O problema consiste na atitude dos Estados Unidos. Aviões como o Harrier contêm certo equipamento norte-americano e sua exportação exige licença. Em termos mais gerais, os norte-americanos terão de se definir sobre os objetivos, limitações e implicações políticas genéricas do armamento da China por membros da Aliança Ocidental.

A "carta chinesa"

As atitudes dos Estados Unidos em relação ao envolvimento da Europa com a China constituem, evidentemente, apenas pequena parte das complexas relações sino-americanas que se desenvolveram desde 1971. Em essência, a China deseja duas coisas dos Estados Unidos. Primeiro, querem que eles encarem com mais firmeza e coerência os esforços da União Soviética para expandir sua esfera de influência. Segundo, querem que eles aceitem suas três condições para a normalização das relações entre ambos: os Estados Unidos retirariam todas as suas forças da ilha de Formosa, deixariam de reconhecer a República da China e encerrariam o Tratado de Defesa Mútua que compromete os Estados Unidos com a defesa de Formosa. O problema destes dois desejos é que são politicamente incompatíveis.

Se os Estados Unidos acedessem a esses termos, sem receber garantias sobre a segurança de Formosa, o efeito sobre o resto da Ásia Oriental seria exatamente o fim da credibilidade dos Estados Unidos e a abertura de uma área à expansão da influência soviética. A China sabe disto, mas não pode confessá-lo.

Também sabe que a renúncia ao uso da força contra Formosa representa a única esperança de reunir um dia o povo da ilha ao Continente, sem guerra civil. O problema de Formosa não pode ser resolvido até que a Chiang Ching-kuo suceda um líder natural da ilha, que não esteja comprometido com a última vontade e o testamento do pai. Não é obrigatório que os Estados Unidos repudiem o comunicado de Changai de 1972: somente precisam adotar uma escala mais "asiática" de tempo para a sua plena execução.

Outra coisa que precisam, a sério, é de emprestar novo crédito ao compromisso de manter o equilíbrio de poder no Pacífico Ocidental. Na realidade é isso que a China pretende, tal qual os países não comunistas da área. Particularmente, o Japão gostaria de ter garantias de que o Tratado de Segurança é para valer. Sem tais garantias, o Japão não pode continuar ignorando os ameaçadores sinais que vêm da União Soviética e instaurar relações mais cooperadoras com a China, seja como for interpretada no futuro a "cláusula anti-hegemonia". As dúvidas sobre o empenho dos Estados Unidos com o Pacífico Ocidental serviram para esfriar o entendimento sino-japonês aos olhos dos nipônicos, assim como para reforçar a linha dura chinesa em relação a Formosa.

Durante 1978, crêm os chineses haver descoberto sinais de melhoria nas posições de Washington. A decisão de se retirar da Coréia sofreu modificação tão completa que o poderio aéreo tático dos Estados Unidos na península aumentou em termos reais; a *détente* soviético-norte-americana tornou-se tão problemática como os chineses sempre pensaram que ela fosse. Por isso, voltaram a visitar Pequim os dirigentes norte-americanos. A visita mais importante foi a do conselheiro presidencial Zbigniew Brzezinski, no mês de maio. Ele advogou abertamente a cooperação sino-americana contra a URSS, o que era precisamente o que os chineses queriam ouvir. E ainda estavam tão eufóricos com isso quando eu visitei a China, em junho passado, que me senti moralmente obrigado a dizer que os Estados Unidos não estavam preparados para participar de uma aliança sino-americana.

Na minha opinião, o que os Estados Unidos precisam é de uma política mais matizada em relação à China, a qual ficaria numa posição intermediária. O elemento primordial dessa política seria o compromisso de normalizar as relações com Pequim, mas em termos que garantissem a segurança de Formosa. O corolário seria o apoio à Sétima Frota no Pacífico Ocidental. Este é necessário, dadas as sérias dúvidas existentes na área sobre os meios que os Estados Unidos teriam para apoiar suas declarações de intenção. A este propósito, é igualmente importante que Washington compreenda que a Frota do Pacífico desempenha funções diferentes da Frota do Atlântico — que a sua presença no Pacífico Ocidental se destina menos a enfrentar uma ameaça militar concreta do que a prevenir a irrupção de tal ameaça e que tanto a China como o Japão acham que semelhante papel dos Estados Unidos é indispensável para a estabilidade da região. Somente essa presença será de modo a promover a modernização convencional das Forças Armadas chinesas sem ameaça para a Ásia não comunista.

Em resumo, "jogar a carta chinesa" no jogo EUA-URSS é uma irresponsabilidade. Nem os Estados Unidos podem arriscar um conflito aberto com a URSS por causa da China, nem este país pode usar as suas relações com Washington como substitutivo de uma efetiva defesa norte-americana contra a União Soviética. Por outro lado, aceitar os termos da China sobre Formosa não atende aos interesses de ninguém: nem aos da China, nem aos de Formosa, nem aos do Japão nem aos dos Estados Unidos. O que é curioso é que talvez servisse aos interesses da União Soviética, que se poderia oferecer como protetora de Formosa.

A possibilidade de a China aceitar uma política norte-americana intermédia é sugerida pelo êxito da missão técnica que os Estados Unidos enviaram em julho de 1978 a Pequim, a qual foi chefiada pelo assessor científico do presidente Carter, o dr. Frank Press. Sem fazer menção a Formosa ou à hegemonia, norte-americanos e chineses concordaram em abrir uma série de canais para o intercâmbio científico e técnico para fins civis. A imprensa comunista de Hong Kong disse que a visita tinha sido "a mais significativa desde a de Nixon".

O dilema indochinês

Em suma, a política externa chinesa da atualidade constitui um amálgama de novas e sensíveis reações às necessidades de desenvolvimento doméstico, junto com uma hostilidade profundamente nacionalista contra a União Soviética. A política goza de popularidade interna, o que justifica a sua adoção, pois os atuais dirigentes sentem falta de estabilidade e unidade nacionais. No entanto, os êxitos são demorados, por causa de várias restrições implícitas: só se fazem novos empreendimentos quando houver consenso político e desaparecerem da memória os anos da Revolução Cultural. Os anteriores compromissos e teorias maoístas ainda contam. Hoje, as "quatro modernizações" presidem a política interna e externa do país. Os chineses, contudo, só de maneira oblíqua e velada podem reconhecer as suas *plenas* implicações, tendo em vista a natureza atual de seus dirigentes e de sua ideologia.

Entrementes, há acontecimentos externos que continuam a interferir no curso da grande estratégia. A demonstração armada de abril de 1978 nas Ilhas de Senkaku prejudicaram abertamente as relações com o Japão. Como os chineses, mais tarde, declararam que tudo não passara de um "acidente", não está claro o que sucedeu. Estavam alguns chineses procurando fazer pressão sobre os nipônicos? Nesse caso, a China continua não compreendendo a sofisticada política do Japão. O governo de Pequim estará dividido sobre a política a seguir com Tóquio? Nesse caso, não terá muita duração o propício conjunto de circunstâncias criado pela assinatura do tratado sino-japonês.

O melhor exemplo da movediça política chinesa é a Indochina. A luta entre o Vietnã e o Camboja constitui um dilema crucial para Pequim. Para os chineses, o melhor seria que a península não caísse sob o guante de Hanói; ao mesmo tempo, o apoio ao Camboja, único país amigo da região, é embaraçoso — dado o

caráter do governo de Pol Pot — e talvez ineficaz. Entretanto, o apoio global que a União Soviética dá a Hanói determina, virtualmente, a política chinesa. O inesperado êxodo da colônia chinesa do Vietnã é mais um elemento agravante. A China não pode desconhecer os refugiados, em face da política de cordialidade com os imigrantes. Contudo, se der grande destaque ao assunto, causará alarma nos países da ANSA, os quais possuem, todos eles, significativas colônias chinesas. O que mais perturbará Pequim, em todo o caso, é a capacidade da URSS para abrir novas frentes em diversas partes da fronteira comum. A China ainda tem várias questões por resolver com seus vizinhos, inclusive o apoio a revolucionários em locais como a Birmânia. A incapacidade para reforçar as relações com o Sub-continente e com o Sudeste Asiático pode prejudicar gravemente a estratégia global da China e dar azo ao terrível cerco da União Soviética.

A China mal começa a recuperar-se da Revolução Cultural. Ainda em fins de 1977, o vice-presidente da Academia de Ciências de Pequim e membro do Politburo, Fang Yi, dizia que a situação no plano da educação e da ciência era tão má que "praticamente está tudo por fazer". Em política externa, foram identificados os problemas e desenvolvida a política para enfrentá-los. O mundo espera para ver se os dirigentes conseguem liberar as energias criadoras do povo chinês e levá-lo a entabular relações mutuamente vantajosas com outros países. Caso contrário, a alternativa talvez seja a volta às estéreis lutas intestinas sobre o que fazer com a revolução, depois que a conquistaram, ou a intensificação da suscetibilidade contra a pressão soviética. A orientação dos Estados Unidos e de seus aliados do Segundo Mundo influirá de modo importante, embora não decisivo, o progresso da China em um ou outro sentido.